

AUTOS Nº 0171600-11.2009.5.03.0020 (RO) - 10ª Turma - Publicação: DEJT 02.08.2011

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RITO. CLT. A ação civil pública proposta na Justiça do Trabalho rege-se, sem dúvida, pelas mesmas normas do processo trabalhistas, inclusive no que diz respeito à aplicação apenas subsidiária das regras do processo comum (art. 769 da CLT). Tais normas, diversamente do que a recorrente pretende fazer crer, propiciam a ampla defesa das partes, embora também atendam aos princípios da celeridade e economia processual. Por isso, não há falar em ofensa aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa. *In casu*, sequer se verifica a ocorrência de suposto prejuízo que pudesse ter decorrido da observância do rito ordinário previsto no Processo Laboral.